

ENSAIOS

Adriana Bitencourt Bertollo¹

ETAPAS HISTÓRICAS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE INTERNACIONAL DE ARGENTINA E BRASIL

ETAPAS HISTÓRICAS EN LA FORMACIÓN DE LA IDENTIDAD INTERNACIONAL DE ARGENTINA Y BRASIL

RESUMO:

O presente ensaio surgiu a partir de avaliação proposta na disciplina de História da América latina, aulas do curso de Mestrado em Direito das Relações Internacionais e da Integração na América Latina, ministrado pela Universidad De La Empresa, em Montevideu, Uruguai. O trabalho partiu da interessante visão abordada na disciplina, sobre a formação da identidade internacional dos países e como tal identidade influencia a tomada de decisões políticas. Pretende, ainda, o presente estudo, demonstrar a evolução histórica na formação dessa identidade por ambos os países, desde uma visão mais isolada, até a busca pelo (desejável) fortalecimento regional de laços.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. Argentina. Brasil. Integração.

RESUMEN:

El presente ensayo surgió a partir de una evaluación propuesta en la disciplina de Historia de América latina, clases del curso de Maestría en Derecho de las Relaciones Internacionales y de la Integración en América Latina, impartido por la Universidad De La Empresa, en Montevideo, Uruguay. El trabajo partió de la interesante visión abordada en la disciplina, sobre la formación de la identidad internacional de los países y cómo tal identidad influye en la toma de decisiones políticas. En el presente estudio, pretende el desarrollo de la evolución histórica en la formación de esa identidad por ambos países, desde una visión más aislada, hasta la búsqueda del (deseable) fortalecimiento regional de lazos.

PALABRAS-CLAVE: Identidad. Argentina. Brasil. Integración.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio surgiu como proposta de avaliação na disciplina História da América Latina, ministrada no curso de Mestrado em Direito das Relações Internacionais e da Integração na América Latina, ofertada pela Universidad De La Empresa, em Montevideu, Uruguai.

A partir das lições obtidas em classe sobre percepção da história, o desafio contido nesse pequeno trabalho, visa sobretudo analisar dois textos como referências principais, a fim de identificar semelhanças e diferenças nos processos argentino

e brasileiro construtores da respectiva identidade nacional e a forma pela qual essa identidade norteia a política externa.

A abordagem elegeu a leitura primeira do artigo de Santos (2005) no qual se traça um panorama da história da política externa brasileira, de acordo com cada fase histórica: império, proclamação da república, início do século XX, primeira e segunda guerra mundial, período pós-guerra, redemocratização, implementação do Mercosul e o atual século XXI. Além disso, foram abordadas aproximações e afastamentos na política externa de ambos os países, durante esses principais eventos históricos.

¹ Mestranda em Direito das Relações Internacionais e da Integração na América Latina, UDE, Uruguai. Advogada Pública.

 <https://orcid.org/0000-0002-2356-703X>

O enfrentamento da pesquisa desenvolvida por Merke (2008) vem na sequência, como forma de aprofundar as semelhanças, diferenças e vicissitudes na formação da identidade internacional argentina e brasileira, demonstrando circunstâncias que evidenciam ou impedem a concretização de uma identidade regional latino-americana.

O artigo do autor argentino Merke (2008) utilizou o método histórico e comparativo, enquanto o autor brasileiro Santos (2005) fez semelhante uso do método histórico, mas pautou seu referencial teórico, em grande parte, na revisão de discursos da diplomacia brasileira.

O estudo que ora se apresenta, trata de identificar diferenças e aproximações históricas no processo de formação da identidade nacional de cada um desses países e o grau de compromisso com a construção de uma afinidade regional ou sul-americana.

1. A IDENTIDADE INTERNACIONAL BRASILEIRA ATÉ A FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA SUL-AMERICANA

O artigo de Santos (2005) acerca da percepção da identidade interna e internacional da política exterior brasileira, nos remete, inicialmente, a uma noção de afastamento do Brasil em relação aos vizinhos territoriais.

A compreensão desse fenômeno passa pela colonização do país e a instalação da monarquia europeia no Brasil, durante o período imperial. Esse diferencial político, caracterizado pela adoção do regime monárquico, fez com que a diplomacia brasileira entendesse o Brasil como diferenciado em relação aos demais países vizinhos, como se gozasse de um patamar mais elevado em termos de desenvolvimento, com a presunção de que a monarquia aproximava mais o nosso país tropical dos países europeus. Essa percepção vigorava ainda que contrastada com as inúmeras dificuldades internas, a exemplo da escravidão, pobreza, atraso e, obviamente, o distanciamento geográfico do continente europeu.

Ainda em torno de 1870, prevalecia essa construção de identidade internacional mais afeiçoada aos europeus do que aos próprios vizinhos territoriais, o que foi responsável pelo distanciamento do Brasil em questões políticas comuns ao continente, gerando uma série de hostilidades e, inclusive, guerras locais.

Nesse período, a hostilidade existente entre Brasil e Argentina, sobretudo em razão de limites territoriais, é bem configurada por Bandeira (2010, p. 53), ao lecionar que “a Argentina estruturou-se como Estado unificado muito mais tarde que o Brasil”, demarcando que “o antagonismo entre os dois países, superadas as causas históricas, mas explorados os ressentimentos, passou a refletir, em larga medida, suas conexões econômicas internacionais”, especialmente com países interessados nos mercados latinos. A obra de Bandeira (2010, p. 251) expressamente detalha que a política externa tanto do Brasil, quanto da Argentina, sempre esteve atrelada à influência (e dependência) em relação aos Estados Unidos, em diferentes períodos históricos.

A cordialidade entre Brasil e Argentina, como prossegue Bandeira (2010, p. 61), começa a instaurar-se com a Proclamação da República no Brasil, em 1889, sendo que o clima de paz pode ter sido consolidado justamente com o afastamento da ideologia que a monarquia impunha, no sentido de tentar imprimir certa supremacia brasileira.

Paulatinamente, o discurso brasileiro foi incorporando a noção de “América Latina”, “América do Norte”, “América Central” e “América do Sul”. Entretanto, como relata Santos (2005, p. 188), naquele contexto histórico, o atual continente da América do Sul, politicamente, demonstrava ser apenas o “sul da América”, diante do protagonismo regional de Brasil, Argentina e Chile.

Nos primeiros vinte e cinco anos do Brasil República, Santos (2005, p. 188) indica que o cenário de projeção política ressaltava a polaridade de um “sistema americano”, liderado pelos Estados Unidos, e um “subsistema sul-americano”, liderado por Brasil, Argentina e Chile.

Santos (2005, p. 188) ainda prossegue leci-

onando que a diplomacia brasileira, do começo do século XX, possuía três grandes objetivos: “a definição das fronteiras, o aumento do prestígio internacional e a afirmação da liderança brasileira na América do Sul”. Para tanto, segundo Santos (2005, p. 188) o Brasil realiza uma “aliança não escrita” com os Estados Unidos, a ponto de aprovar suas políticas imperialistas e intervenções em países da América Central e Caribe.

Ainda durante o começo do século XX, no período em que eclodiu a primeira guerra mundial, Santos (2005, p. 189) destaca que o Brasil foi o único país da América do Sul a declarar guerra ao império alemão e em apoio aos Estados Unidos, enquanto Bolívia, Equador, Peru e Uruguai apenas romperam relações diplomáticas com a Alemanha e, por sua vez, Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Venezuela permaneceram neutros.

Como comprovação do clima de rivalidade entre Brasil e os países vizinhos de maior destaque político, Santos (2005, p. 190) lembra que no começo de século XX houve uma espécie de “corrida armamentista” no Cone Sul², mediante a compra de modernos “encouraçados” e busca pelo desenvolvimento naval, situação que foi sendo pacificada aos poucos em razão das dificuldades orçamentárias dos países.

Outro acontecimento histórico que Santos (2005, p. 191) destaca como causador de importante desentendimento entre Brasil e países hispano-americanos, é a participação daquele na Liga das Nações, especialmente em busca de prestígio nacional. A participação do Brasil na Liga das Nações foi muito contestada, segundo Santos (2005, p. 191), pelos demais países latinos, que não se sentiam representados pelo Brasil. Até que, em 1926, o Brasil se retirou da Liga das Nações e aprofundou laços de “americanismo” (SANTOS, 2005, p. 193).

Santos (2005, p. 192/193) comenta que essa política alinhada ao “discurso americanista” se perpetua durante todo o período, conhecido na história brasileira como “República Velha”, até o advento da segunda guerra mundial, em que o

Brasil também se manteve alinhado ao discurso estadunidense.

No cenário pós segunda guerra mundial os Estados Unidos ampliam de modo global a sua política externa, tendo como principal propósito, segundo Santos (2005, p. 194), “o compromisso com o livre mercado e com o anticomunismo”, o que frustra grande parte dos propósitos brasileiros de aliança com os Estados Unidos.

Nesse ponto, inaugura-se uma nova ordem global dominada, conforme lembra Santos (2005, p. 194), pela bipolarização “Leste-Oeste”. Essa nova reconfiguração mundial e a consequente política norte-americana para apoiar financeiramente a reconstrução da Europa, afastou os anseios brasileiros e, é interessante, como Santos (2005, p. 195) demonstra com perfeição o quanto o “Brasil sentiu-se traído”. O “Plano Marshall” para reconstrução da Europa, não contemplava apoio aos latinos, relegando o conhecido papel, ainda hoje vigorante, de mero fornecedor de commodities³.

Santos (2005, p. 195) relata que a política externa brasileira, durante o período do Presidente Getúlio Vargas, continuava na busca pela ajuda econômica dos Estados Unidos. Entretanto, é interessante a menção que o autor faz à tentativa dos Estados Unidos em criar uma “Força Armada Interamericana” (SANTOS, 2005, p. 196), visando atuação na Guerra da Coreia, o que ocorreu em torno do ano 1951. Esse propósito foi rechaçado pelo Brasil e, a partir disso, o discurso internacional pátrio se alinhou mais aos países latinos e vislumbrou as condições do país como terceiro-mundista, latino-americano e subdesenvolvido, havendo uma quebra ao apoio irrestrito que o discurso diplomático brasileiro sempre endereçava aos Estados Unidos.

Por sua vez, Bandeira (2010, 254) retrata o distanciamento entre Estados Unidos e Argentina durante a gestão de Perón, em torno da década de 1950, e seu antagonismo à política imperialista americana, o que é aprofundado posteriormente durante a Guerra das Malvinas, em 1982, na qual os Estados Unidos declaram apoio à Grã-Bretanha,

² Santos (2005, p. 188) leciona que o termo “Cone Sul” advém da região geográfica formada por Brasil, Argentina e Chile.

³ Produto que funciona como matéria-prima.

em desfavor dos argentinos.

Bandeira (2010, p. 249) relembra que Perón, na presidência da Argentina, tinha a expectativa do alinhamento político-ideológico com Getúlio Vargas, no Brasil, ambos com valores semelhantes ao enfrentamento às desigualdades sociais advindas do capitalismo. O intuito de Perón, segundo Bandeira (2010, p. 250), era “coordenar a defesa do Atlântico Sul e formar com o Chile uma união aduaneira, que depois se estenderia para toda a América do Sul”. Entretanto, as diferenças na condução política imposta à Argentina e ao Brasil, a instabilidade sofrida no país de Perón, não permitiram a formação da união aduaneira e do pacto militar entre os países, segundo Bandeira (2010, p. 252).

No decurso da história brasileira, Santos (2005, p. 197) relata a abertura da política externa, a favor da descolonização e busca pelo mercado Leste Europeu, o que foi denominado de “Política Externa Independente”, durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart, especialmente em 1961. Com o “Golpe de 64” e a instalação do período ditatorial no Brasil, Santos (2005, p. 198) reafirma que houve um retorno da visão de um mundo “bipolar”, alinhando o país aos interesses ocidentais.

Com a curta aceleração do crescimento econômico, durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici, o Brasil retoma o propósito de alinhamento aos países latinos, na medida em que vislumbra o Brasil como potência emergente. A crise mundial do petróleo na década de 70 acentua a identificação entre Brasil e Argentina, especialmente em relação ao aproveitamento energético do Rio da Prata, conforme lembra Santos (2005, p. 199).

Com efeito, a partir da redemocratização do Brasil e com a nova Constituição da República em 1988, foram aprofundados os laços no sentido de fortalecer “a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”, conforme inscrito no artigo 4º, parágrafo único desse documento. A partir dessa nova fase, destaca-se a criação do Mercosul, em 1990, com o Tratado de Assunção.

A percepção acerca do novo contexto inter-

nacional, ensejador de maior cooperação entre os países, resulta, conforme Bernal-Meza (1999, p. 42) advém da “globalização financeira, por um acelerado processo de mundialização e pela regionalização da economia política mundial”.

Santos (2005, p. 200) destaca a ideia que, desde o Império, até o início da década de 1990, não havia uma identidade brasileira vinculada diretamente à América do Sul, ou que engajasse o Brasil em um mesmo projeto comum. Esse ideal passou a ser construído mais fortemente a partir da década de 1990, sem antes sofrer alguns resfriamentos, a exemplo da adesão do México ao NAFTA, em 1992, consoante relembra Santos (2005, p. 201).

Nesse período, estruturou-se a noção de que o mundo passaria a ser governado por “megablocos econômico-comerciais”, conforme anotado por Santos (2005, p. 201), o que retomou na política externa brasileira a necessidade de alinhamento aos demais países da América do Sul.

2. TRAÇO COMPARATIVO NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADE INTERNACIONAL BRASILEIRA E ARGENTINA

Merke (2008), autor argentino, traça o objetivo de apresentar as constelações de discursos sobre a identidade política de Brasil e Argentina, bem como seus efeitos na política externa. Além disso, o artigo compara quatro elementos que fundamentam a política externa: natureza do processo de independência e construção do Estado, visões de mundo das elites de cada país, lugar da região na inserção internacional de ambos os países e visões de Estado das elites.

A política externa brasileira é analisada por Merke (2008) mediante dois prismas: um “realista-liberal” e outro “realista-desenvolvimentista”. Em relação ao primeiro prisma, o autor argentino reforça a percepção já esmiuçada pelo autor brasileiro, no sentido de que o Brasil busca a formação de uma identidade de política vinculada aos Estados Unidos, aceitando a doutrina liberal e imperialista utilizada por essa potência, ao mesmo tempo em

que se coloca como uma excepcionalidade no espaço latino-americano, na medida em que se percebe como herdeiro, por assim dizer, dos traços culturais adquiridos da monarquia portuguesa, instaurada no país durante o império.

Explica Merke (2008), que o segundo viés, “realista-desenvolvimentista”, também relega a América Latina a um segundo plano (ao menos até a década de 1970), vislumbrando a política externa como possibilidade de ejetar o Brasil ao patamar de uma potência global, ampliando relações com a África, Ásia e Europa Oriental, abandonando a aliança com os Estados Unidos.

Relata Merke (2008) que esse viés político foi construído de forma contraditória no Brasil, com visões diferentes de importantes atores: o Itamaraty, que defende a “identidade globalista” e as Forças Armadas, que desenvolveram um visão diversa do mundo, do Estado e da região. Indica o autor que o cenário da identidade externa brasileira projeta o Brasil como “o país do futuro”.

O discurso formador da identidade argentina, segundo Merke (2008), retrata um viés externo, de caráter liberal, ao buscar mercados internacionais, tendo a América Latina um papel secundário e, um viés interno, que vê a população local como índios e aborígenes, dos quais a elite requer distanciamento.

Nesse sentido, o estudo feito por Saraiva e Tedesco (2001, p. 130) ilustra que, na década de 90, a Argentina possuía uma distribuição de renda pior do que aquela existente nos anos 80, o que atribuem ser fruto da política externa calcada na irrestrita abertura econômica.

É interessante a lição de Saraiva e Tedesco (2001, p. 131) no sentido de que, com a globalização econômica, a partir dos anos 90, a política externa da Argentina pautou-se a partir de um viés realista e pragmatista, segundo o qual o papel marginal de países em desenvolvimento deveria ser levado em consideração. Assim, a Argentina, em sua política externa, buscava transmitir a identidade de um país confiável e previsível.

Por sua vez, Merke (2008) leciona que a Argentina possui uma tradição nacionalista, fruto

das perdas territoriais, que ensejaram consequências na política externa em torno do “territorialismo, unanimidade e grandeza”. A América Latina ocupa, na construção de identidade argentina, um papel ambíguo, ora de solidariedade, ora de disputa, por território, influência e recursos naturais.

Outro ponto de construção da identidade externa argentina é a sua intenção desenvolvimentista, sendo a política externa usada como um instrumento que viabilizasse o crescimento econômico. Finalmente, além da identidade baseada no liberalismo, no nacionalismo e no desenvolvimentismo, lembra o autor que a Argentina apresenta uma identidade normativa, baseada na necessidade de cumprimento de regras e princípios de Direito Internacional, âmbito no qual a América Latina ocupa espaço central, do ponto de vista principiológico.

A atualidade da identidade traçada pela política internacional argentina, conforme o autor, ainda rememora o passado mais glorioso, como um país de primeiro mundo.

Comparando a independência e a construção dos Estados argentino e brasileiro, o autor refere que o Brasil, ainda que monárquico, gozava de maior estabilidade política, diante da permanência da elite monárquica, enquanto a Argentina teve de romper com a metrópole, enfrentando maior instabilidade política.

Quanto à formação do Estado, Merke (2008) declara que o Brasil possuía uma elite mais homogênea e coesa, até mesmo em torno de princípios ideológicos, voltados ao liberalismo conservador, enquanto na Argentina, essa elite era mais heterogênea e, ainda que o país gozasse de um desenvolvimento superior ao brasileiro, a instabilidade política era maior.

Outra diferença crucial na formação dos Estados brasileiro e argentino, é apresentada por Merke (2008) em relação ao aspecto da imigração. Os imigrantes na Argentina tiveram a função de romper com o passado e construir uma nova nação após o rompimento com a Espanha, sendo que os imigrantes no Brasil se destinaram, inicialmente,

te, à substituição dos escravos negros, o que se entendeu como oportunidade de exercer uma “influência civilizatória”.

Em relação às visões de mundo, Merke (2008) destaca que a Argentina fruía de um liberalismo mais cosmopolita e inclusivo, enquanto o Brasil dispunha de uma visão mais universalista em termos geográficos. No final do século XIX e início do século XX o Brasil se adaptou melhor às mudanças mundiais, como o declínio britânico e ascensão americana, enquanto a Argentina manteve relações com a Grã-Bretanha, Madri, Roma e Berlim.

A percepção da identidade brasileira e argentina, em relação ao lugar que ocupam na região, é demonstrada por Merke (2008) como muito frágil, em razão do vínculo entre Brasil e Estados Unidos e, de outro lado, Argentina e Grã-Bretanha. Isso só começa a mudar quando ambos anseiam pela busca do desenvolvimentismo, percebendo-se como países à margem do sistema capitalista. Nos anos 1990 essa identidade mais sul-americana se acentua, porém, o Brasil a utiliza no intuito de se projetar globalmente, a exemplo de sua relação com os países que formam o BRICS (Brasil, Rússia, China, Índia e América do Sul).

Destaca o autor que o Estado brasileiro foi mais forte e efetivo do que o Estado argentino, desde as suas formações. A visão nacionalista também se mostrava diferente nesses países, sendo mais baseada no desenvolvimento e na industrialização, no caso do Brasil e mais calcada no catolicismo e em um modelo mais agroexportador, no caso da Argentina. Merke (2008) também retoma a vocação brasileira ao desejo em firmar-se como uma “potência média”, mercê de toda a luta pelo reconhecimento internacional a um assento no conselho de segurança das Nações Unidas.

Na sequência, a política externa brasileira é mais voltada ao futuro, enquanto a política externa argentina, ainda muito calcada no passado e na tentativa de reconstrução do país. Também é interessante a anotação de que o papel diplomático no Brasil é exercido pelo Itamaraty e na Argentina, por políticos ligados ao Presidente. O papel dos militares e sua visão de mundo, em ambos países,

também foi um ponto essencial destacado no estudo de Merke (2008).

Essa diferença acerca da política externa brasileira e argentina é bem apreendida por Saraiwa e Tedesco (2001, p. 138) quando reparam que a Argentina se dedicou, a partir dos anos 90, a um processo de maior abertura econômica, enquanto o Brasil tratou de portar-se como um verdadeiro “interlocutor no cenário internacional”, buscando maior inserção junto aos “países de primeiro mundo”.

Finalmente, o artigo do autor argentino utilizou o método histórico e comparativo para, em analisando o tipo de formação de cada Estado, demonstrar que, nos países em desenvolvimento, a questão da soberania, instituições fortes, regras claras e democracia é bem mais frágil do que nos países desenvolvidos, e que essa instabilidade interna, por óbvio, reflete na identidade externa.

Nos países em desenvolvimento, a exemplo de Brasil e Argentina, as políticas externas, diante dessas fragilidades, sempre estiveram pautadas em relações de “amizade” ou “inimizade”, sendo profundamente influenciadas pela identidade particular de líderes e políticos.

CONCLUSÃO

Os trabalhos analisados em muito contribuem à compreensão sobre as diferenças culturais, políticas, econômicas e sociais que Argentina e Brasil demonstraram ao longo da história. Assim, é extremamente salutar, num mundo globalizado, que essa análise e comparação sobre o modo como ambos os países atuam no cenário internacional, seja vista e desenvolvida em consonância aos demais *players* condutores do jogo econômico e político global.

A análise dos artigos científicos aqui tratados, em grande ponto confluentes, indica de forma escoreta que a identidade nacional sempre foi decisiva na identificação do papel que Argentina e Brasil quiseram tomar para si ao longo da história.

Entretanto, isso mostra que a história deve ser percebida e assimilada de forma que a identidade de cada país sofra constante renovação, a

fim de que cada nação perceba suas limitações internas, suas potencialidades e o grau de interação que cada qual pretende adotar.

A questão não está fechada e a história, como se vê, não se apresenta de modo linear, antes disso, constitui um eterno aprendizado, fruto de ações e reações, atitudes e consequências, cujas lições, se não internalizadas e assimiladas, nos relegarão ao eterno drama de Alice no País das Maravilhas⁴, quem somos e quem queremos ser.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. 3ª edição, revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BERNAL-MEZA, Raúl. Políticas Exteriores Comparadas de Brasil e Argentina rumo ao Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 42, nº 2, Brasília, jul-dez 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291999000200003&script=sci_arttext#tx02. Acesso em 09 de maio de 2018.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 31 de janeiro de 2019.
- MATOS, Tiago. Que Segredos Esconde Alice no País das Maravilhas? *Revista Estante*. Disponível em: <<http://www.revistaestante.fnac.pt/parabens-alice/>> . Acesso em 03 de fevereiro de 2019.
- MERKE, Frederico. Identidade e Política Externa. Argentina e Brasil em uma Perspectiva Histórica. *Jornal da Sociedade Global de Relações Internacionais e Ciência Política*, 2008. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/sg/02/fm.htm>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2019.
- MEZZARROBA, Orides. MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. 7ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. A América do Sul no Discurso Diplomático Brasileiro. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48(2), p. 195-204, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a10v48n2.pdf>. Acesso em 08 de novembro de 2018.
- SARAIVA, Miriam Gomes. TEDESCO, Laura. *Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da guerra fria*. Rev. Bras. Polít. Int. 44 (2): 126-150 [2001]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n2/a07v44n2.pdf>. Acesso em 08 de maio de 2019.

⁴ “Alice no País das Maravilhas”, é uma obra publicada em 1865, de autoria de Charles Lutwidge Dodgson, sob o pseudônimo Lewis Carroll. É uma obra que revela a lógica do absurdo e, ainda hoje, é considerada de difícil interpretação,